

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**REQUERIMENTO Nº _____ DE 2021.**

(Dos Srs. Jorge Solla e Leo de Brito)

Requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de apurar denúncias de fraudes no Sistema Único de Saúde com recursos do Orçamento Secreto.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 24, X do Regimento Interno da Câmara dos Deputados combinado com o Art. 71, IV da CF, requeremos a V. Ex^a que sejam adotadas as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, sem ônus para esta Casa, com o objetivo de apurar as denúncias de fraudes no Sistema Único de Saúde de vários municípios do estado do Maranhão patrocinadas com recursos do Orçamento Secreto, conforme divulgado na reportagem da Revista Piauí, de 07 de julho de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem da Revista Piauí¹, de 07 de julho de 2022, denominada “FARRA ILIMITADA - *Depois dos tratores e das escolas fakes, o orçamento secreto patrocina um festival de fraudes no SUS*”, de Breno Pires, expôs o grande escândalo do orçamento secreto na área da saúde, em especial em municípios do Maranhão.

De acordo com a reportagem, em maio passado, o jornal O *Globo* já havia começado a tratar do assunto em uma reportagem na qual mostrou que o governo Bolsonaro havia entregado o controle das verbas da saúde para os aliados no Congresso, que, por sua vez, vinham turbinando os recursos do Fundo Nacional de Saúde via orçamento secreto. De 2019 a 2021,

1 <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/farra-ilimitada/>



conforme informação do jornal O Globo, as verbas do Fundo Nacional de Saúde cresceram 112% e a maior parte do dinheiro é destinada para os redutos eleitorais de políticos do “Centrão”.

A reportagem revelou que o que não se sabia até o momento é que há um outro fluxo das verbas que percorre um notável circuito de fraudes: as prefeituras falsificam informações ao SUS para inflar seu teto orçamentário e, assim, os parlamentares mandam verbas no volume inflado e o município recebe um grande montante de recursos. E não termina aí: uma parte das verbas – que em alguns casos pode chegar a até 30% do total dos recursos enviados à prefeitura – vira o que os corretores de propina em atividade no Congresso Nacional chamam de “volta”.

Segundo a coluna, a “volta” é a quantia de dinheiro que a prefeitura devolve ao parlamentar que assinou a emenda beneficiando o município. É uma propina paga com verba da saúde. A “volta”, de acordo com relatos de alguns deputados do Congresso, já faz parte desde o início do acordo, porém, em outros casos, a propina é cobrada com base na extorsão.

O mais notável, de acordo com a reportagem, é que a fatia do Maranhão nas verbas de saúde vem crescendo em ritmo acelerado. Em 2020, o estado ficou em sétimo lugar no ranking nacional. No ano passado, subiu para a quinta posição, atrás apenas de estados maiores: Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Agora, contabilizadas as liberações feitas até o mês de junho de 2022, o Maranhão está no topo.

Alguns municípios receberam verbas per capita para a saúde extremamente altas, de 490 e até 590 reais por habitante, o que é 30 vezes maior do que a média nacional de 20 reais por habitante. Importa destacar que o estado do Maranhão concentra pouco mais de 3% da população brasileira.

Bela Vista, cidade do Maranhão com 11,3 mil habitantes que recebeu, em 2021, 5,5 milhões de reais em verbas de emendas parlamentares para a atenção de “média e alta complexidade”, que resultam numa média de 490 reais per capita – 24 vezes maior do que a média nacional. Esse valor é maior do que o recebido na mesma época por secretarias de saúde de onze capitais, entre elas Florianópolis, Natal, Vitória, Belém e Manaus.

A reportagem apresenta exemplos de aumentos exorbitantes. Bom Lugar, que nem hospital tem, diz que aumentou seus atendimentos em saúde em 1.300% de um ano para o outro. O município de Governador Luiz Rocha informou ao SUS que seus serviços aumentaram em 12.500%. Em Luís Domingues, o salto foi da ordem de 39.000%.

Em Igarapé Grande, as consultas foram tão infladas que chegaram à média de 34 por habitante, padrão que supera até o recorde mundial, estabelecido pela Coreia do Sul, onde a média anual é de 17 consultas por habitante. Santa Quitéria do Maranhão registrou mais exames



para detectar infecção pelo vírus HIV do que a cidade de São Paulo. Pedreiras disse ter feito tantas extrações dentárias que dá média de dezenove dentes extraídos por habitante.

Assim, considerando a grave denúncia apresentada pela Revista Piauí de desvio nas verbas da área da saúde, enquanto a população de vários locais do país sofre com dificuldade de acesso a serviços básicos da área da saúde, submetemos aos integrantes desta Comissão o presente Requerimento de Auditoria ao TCU-Tribunal de Contas da União, para que aquela Corte instaure os procedimentos de apuração que entender necessários.

Sala da Comissão, 11 de junho de 2022.

Deputado **JORGE SOLLA**
(PT-BA)

Deputado **LEO DE BRITO**
(PT-AC)





Requerimento **(Do Sr. Jorge Solla)**

Requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de apurar denúncias de fraudes no Sistema Único de Saúde com recursos do Orçamento Secreto.

Assinaram eletronicamente o documento CD221147237100, nesta ordem:

- 1 Dep. Jorge Solla (PT/BA)
- 2 Dep. Leo de Brito (PT/AC)

